

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO IV

DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL

QUESTÃO 3

Tramitam, em determinada vara, duas ações relativas à queimada de palha de cana-de-açúcar. A primeira é uma ação popular, ajuizada contra o município X, que, por intermédio do órgão ambiental local, concedeu autorização a uma grande empresa agrícola para que promovesse anualmente, pelo prazo de cinco anos, a queimada da palha de cana-de-açúcar. A segunda é uma ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público, contra o município X e a mesma empresa agrícola, pleiteando indenização pelos danos causados ao meio ambiente em decorrência da queimada autorizada e realizada naquele ano específico. As referidas ações estão tramitando separadamente e ainda há prazo para contestação.

Diante dessa situação hipotética:

- c) Compare a forma de atuação do Ministério Público em cada uma das ações.
- d) Informe o papel do Ministério Público em caso de desistência ou abandono do autor popular nas fases de conhecimento e execução.
- e) Compare os pedidos possíveis em cada uma das ações.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO IV

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 3

Um juiz, acatando pedido do Ministério Público formulado em ação civil pública, decidiu que determinado ato administrativo, embora em conformidade com as regras em vigor, não atendia ao princípio da juridicidade, devendo, pois, ser considerado nulo. Comente o referido princípio.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO IV

DISCIPLINA: DIREITO SANITÁRIO

QUESTÃO 3

Em determinado estado da Federação, o procurador-geral de justiça, em comum acordo com o governo estadual, designou representante do Ministério Público para integrar o conselho estadual de defesa do consumidor, órgão responsável pela articulação da ação governamental na defesa dos interesses do consumidor. Alguns membros do *Parquet* opuseram-se veementemente à medida, sob a alegação de que a Constituição Federal e a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público vedam a integrantes do *Parquet*, ainda que em disponibilidade, o exercício de outras funções públicas, salvo uma de magistério.

Nessa situação, a participação de representante do Ministério Público no referido conselho representa o exercício de uma função atípica e, portanto, contrária ao que determinam a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Ministério Público? Justifique sua resposta.